

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO ELA É AVALIADA POR SEUS PROTAGONISTAS?

Fabiola de Sousa França¹

Pollyanna carvalho Ferreira²

Rosa Mirian de lima Medeiros³

Jhennife Renniele de Sousa Costa⁴

Isabel Cristina de Aguiar Orquiz⁵

RESUMO

Essa pesquisa versa sobre a Educação de Jovens e Adultos considerando aspectos avaliados por seus protagonistas. Caracteriza-se como um estudo descritivo com abordagem qualitativa, desenvolvida em uma escola de Educação de Jovens e Adultos na cidade de Picos Piauí. Sua realização nasce da questão problema: Quais as contribuições na formação pessoal e profissional dos alunos e a relevância da modalidade EJA na visão dos professores? Considerando a temática em voga, desenhamos como objetivo: Identificar as dificuldades vivenciadas por alunos e professores no contexto escolar da modalidade EJA. Como instrumento de coleta de dados, lançamos mão do questionário, enquanto as análises dos achados se deram à luz do referencial teórico utilizado no estudo. Portanto, dar oportunidade a jovens e adultos, no que tange a sua escolarização é relevante para que tais sujeitos possam transformar sua realidade no contexto social, político, profissional, essenciais para o exercício consciente da cidadania.

PALAVRA CHAVES: Modalidade EJA. Escolarização. Contexto Social, Político, Profissional.

INTRODUÇÃO

Alfabetizar jovens e adultos não é apenas um ato de ensino – aprendizagem, é a construção de uma perspectiva de mudança, ao contrário do período da colonização no Brasil, quando nas poucas escolas da época, só havia atendimento escolar para pessoas bem-nascidas,

¹ Graduanda de Pedagogia UFPI/CSHNB, e-mail

² Graduanda de Pedagogia UFPI/CSHNB, e-mail

³ Graduanda de Pedagogia UFPI/CSHNB, e-mail

⁴ Graduanda de Pedagogia UFPI/CSHNB, e-mail

⁵ Mestre em Educação pela UFS-RS, Professora orientadora, UFPI/CSHNB, isabelorquiz@ufpi.edu.br (83) 3322.3222

ou seja, das classes média e alta. Nesse cenário, a maior parte da população era excluída do processo de escolarização, logo, as classes pobres não possuíam nenhuma instrução escolar, e quando recebiam, era de forma indireta. Neste contexto, pode-se perceber que a EJA, até pouco tempo, não era vista como necessária, pois foi a partir das transformações no processo de trabalho concomitante com as demandas do modelo industrial, que esse conceito mudou e surgiu a necessidade de um “operário pensante”. Registra-se que, com a vinda da família real no Brasil, implantou-se o processo de escolarização de adultos, com o objetivo de prepararem serviços habilitados para as exigências da corte e para cumprirem as tarefas exigidas pelo Estado.

Por este motivo, segundo dados do IBGE, No Brasil, em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,2% (11,8 milhões de analfabetos). Na faixa de 60 anos ou mais de idade, a taxa atingiu 20,4%. A região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%), quase quatro vezes maior do que as taxas do Sudeste (3,8%) e do Sul (3,6%). Já na região Norte, essa taxa foi de 8,5% e no Centro-Oeste foi 5,7%.

Diante desse quadro, surge a necessidade da implantação de políticas públicas para assegurar esta modalidade de ensino, tendo em vista que as mesmas não têm cumprido o seu papel de assegurar um ensino de qualidade que amenize o quadro de analfabetismo existente. É visível o descomprometimento do Estado em ofertar a EJA, esta modalidade de ensino que deve ser oferecida com o intuito de contemplar as pessoas (semi) analfabetas, por meio de uma educação de qualidade que possibilite uma formação pessoal e profissional adequada para que possam ter uma participação significativa na sociedade contemporânea. A LDB n.9394/96 no artigo n. 37 estabelece que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. §2º o poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Portanto a educação de jovens e adultos / EJA é de grande relevância tanto no âmbito social, político como profissional, possibilitando que tais sujeitos possam transformar o meio em que vivem, obtendo a asserção de classe através da educação. É preciso superar paradigmas de que o ensino do EJA seja inferior ao regular, quando na realidade o que falta é uma formação específica para essa modalidade de ensino.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar as concepções de alunos e professores da unidade escola Julieta Neiva, localizada no bairro pantanal na cidade de Picos

Piauí, visando demonstrar a importância do EJA e suas contribuições para formação política, profissional e cidadã.

Nessa tessitura, questionamos quais as contribuições na formação pessoal e profissional dos alunos e a relevância da modalidade EJA na visão dos professores? Diante dessa inquietação, definimos como objetivo identificar as dificuldades vivenciadas por alunos e professores no contexto escolar da modalidade EJA na Unidade Escolar Julieta Neiva localizada no bairro pantanal na cidade de Picos Piauí.

Para o desenvolvimento dessa investigação optamos pela pesquisa descritiva com abordagem qualitativa considerando as concepções sobre a importância e as contribuições da educação de jovens e adultos / EJA para formação política, profissional e cidadã. Sobre essa investida, podemos dizer que é um modelo de pesquisa mais flexível de se realizar. Nas palavras de Minayo (2001, p. 46): “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

METODOLOGIA

O presente trabalho configura – se como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, que tem como objeto de estudo a avaliação sobre a EJA observando as concepções sobre a importância e as contribuições da educação de jovens e adultos / EJA para formação política, profissional e cidadã na turma de alunos e professor da 6ª etapa da Unidade Escolar Julieta Neiva localizada no bairro pantanal na cidade de Picos Piauí.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário misto para os alunos e um professor, com catorze questões abordando peculiaridades dessa modalidade de ensino, elementos da configuração da prática pedagógica desenvolvida, bem como, a avaliação que esses protagonistas fazem acerca desse processo de escolarização, seus desafios e suas possibilidades no cenário social contemporâneo. Por questões éticas, não revelamos as identidades dos partícipes do estudo.

O questionário misto permiti que cada sujeito pesquisado tenha a oportunidade de descrever suas características e também expressar seu ponto de vista sobre o que lhe é questionado. Assim, além da sua participação durante a pesquisa, podemos observar com que sensibilidade o mesmo respondeu ao questionário, relacionando o tema com a sua vivência diária. A temática estudada, por sua vez, tem um fundamento para a aplicação de perguntas

abertas pelo fato de ser um tema que necessita de uma análise aprofundada para compreender as contribuições da modalidade EJA para a formação pessoal e profissional dos alunos.

Uma das grandes vantagens das perguntas abertas é a possibilidade de o entrevistado responder com mais liberdade, não estando restrito a marcar uma ou alternativa. Isso ajuda muito o pesquisador quando ele tem pouca informação ou quer saber um assunto (RICHARDSON 2012, p.195).

Dessa forma compreendemos a importância de utilizarmos no processo de coleta de dados perguntas abertas possibilitando ao sujeito da pesquisa liberdade diante das perguntas propostas no questionário, dessa forma o interlocutor ficará à vontade para dar sua opinião sobre os questionamentos.

DESENVOLVIMENTO

A história da Educação de Jovens e Adultos - EJA apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país. Inicialmente, a alfabetização de adultos para os colonizadores tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado.

Desde a Revolução de 1930, as mudanças políticas e econômicas permitiram o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. A Constituição Federal de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos. Em 1945 surgiram muitas críticas aos adultos analfabetos. Entretanto a luta com garra e dedicação por uma educação de qualidade para todos, fez com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade.

Através da campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, abre-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. No meio urbano visava a preparação de mão-de-obra alfabetizada para atender às necessidades do contexto urbano-industrial. Na zona rural, visava fixar o homem no campo, além de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul. Em 1949, o Seminário Interamericano de Educação de

Adultos. Nos anos 50 é realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e na década de 1960 o Movimento da Educação de Base (MEB). Logo após, em 1967, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Na década de 70 destaca-se no país o ensino supletivo, criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na visão de Haddad (1991), os Centros de Estudos Supletivos não atingiram seus objetivos verdadeiros, pois, não receberam o apoio político nem os recursos financeiros suficientes para sua plena realização. Além disso, seus objetivos estavam voltados para os interesses das empresas privadas de educação.

Nos anos 80 foi possível implantar a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vinculada ao Ministério da Educação. Somente em 1996, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (nº. 9.394/96), que reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e ao dever público sua oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996). Em 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica (voltado para cursos de formação profissional), o PROJOVEM (com enfoque central na qualificação para o trabalho unindo a implementação de ações comunitárias) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) (VIEIRA, 2004).

O adulto analfabeto defronta-se com a sociedade letrada e necessita de, no mínimo, saber enfrentar a tecnologia da comunicação para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, pois ao contrário, torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos (FRIEDRICH et.al, 2010).

A partir desta pesquisa, consideramos necessário proceder ao exame da legislação vigente, pois esta indica as diretrizes do trabalho educativo e da formação dos educadores dessa e das demais modalidades de ensino. Para tanto, explorar os aspectos legais é útil e possui caráter informativo, uma vez que a socialização das políticas públicas permite que os educadores conheçam as possibilidades e os limites da atuação docente, podendo fazer uso das orientações contidas nos textos legais por meio do conhecimento de seus direitos e dos direitos dos educandos. Assim, é importante a análise sobre este estudo que tem por finalidade trazer nossas vivências enquanto profissionais da Educação da modalidade EJA e a estreita relação do fazer pedagógico e do ideal ao real.

Começaremos por demonstrar a evolução conceitual da educação das pessoas jovens e adultas a partir da década de 1970, quando foi instituído o Ensino Supletivo e posteriormente, na década de 1990, quando houve o alargamento do conceito de suplência e suas implicações na prática docente. Segundo a legislação educacional brasileira, a Educação de Jovens e Adultos foi legalmente reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 como uma das modalidades do ensino fundamental o qual integra a Educação Básica⁸. Ao ser alçada a tal status, reflete considerável avanço conceitual sobre sua antecessora, a Lei LDB 5692/71, que instituiu o Ensino Supletivo.

De acordo com Soares (2002, p. 12):

[...] a LDB 9394/96 [...], nos artigos 37 e 38, que dizem respeito diretamente à Educação de Jovens e Adultos, a lei incorporou a mudança conceitual de EJA que se dava desde o final dos anos de 1980. A mudança de “ensino supletivo” para “educação de jovens e adultos” não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.

Consideramos pertinente reafirmar que a mudança do antigo Ensino Supletivo para a atual Educação de Jovens e Adultos não se trata apenas de uma “atualização vocabular”, conforme nos esclarece Soares (2002). A atual denominação dessa modalidade de ensino traz embutida uma nova concepção para essa educação, através da inclusão de aspectos conceituais que a caracterizam e norteiam sua efetivação junto ao público atendido.

É importante lembrar que, para a época em que foi promulgada, a Lei LDB 5692/71 foi inovadora, pois introduziu o conceito de supletividade. Até então, nenhuma outra legislação federal havia contemplado a educação de pessoas jovens e adultas.

Em concordância com a Constituição Federal, a Lei LDB 9.394/96, na seção V, do capítulo II, do título V, prevê: Artigo 37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Parágrafo 1º - Os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas como as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

O parágrafo 1º, do artigo 37, da Lei LDB 9394/96, pode ser considerado um marco legal na história da Educação de Jovens e Adultos, pois, ao assegurar oportunidades educacionais apropriadas ao alunado, considerando suas condições de vida e de trabalho,

lança as bases para a caracterização desse tipo de educação enquanto uma modalidade de ensino, o que pressupõe a seleção de conteúdo, de metodologias, de estratégias pedagógicas, de materiais didáticos que atendam às especificidades dos alunos. Enfim, configura-se conforme as características e necessidades próprias do trabalho educativo voltado ao atendimento dos educandos jovens e adultos.

Artigo 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; [...] IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extraescolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Isso diz respeito à valorização dos saberes dos educandos, ao aproximar as vivências de outras práticas sociais da educação escolar, por meio da valorização das experiências formativas proporcionadas por outros ambientes, que não o escolar.

Em seu artigo 6210, a Lei LDB 9394/96 trata da formação dos docentes para a Educação Básica em geral, o que inclui o ensino fundamental em todas as suas modalidades, inclusive a Educação de Jovens e Adultos. A legislação estabelece a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com os educandos dessa modalidade de ensino, atendendo às características específicas dos trabalhadores matriculados nos cursos noturnos. Essa conquista legal representa um avanço que se refere à formação dos educadores, pois, além de prever a necessidade de formação adequada, estabelece que sejam respeitadas as características específicas dos alunos, inclusive sua condição de trabalhadores.

Portanto, é importante a análise destes aspectos, pois elas firmam dão a caminhada da Educação de Jovens e Adultos, pois apontam as diretrizes para a formação dos educadores dessa modalidade educativa, no intuito de destacar a relação entre educadores e educandos no reconhecimento dos saberes dos educandos no ambiente escolar e suas características, que pode dar-se por meio do diálogo entre ambos no processo educativo. A efetivação na prática pedagógica pode resultar em um ganho qualitativo, pois contribui para a formação dos sujeitos envolvidos no processo educativo, pois é algo que vai além da dimensão das competências técnicas e requerem um posicionamento pessoal do educador.

Na sociedade em que vivemos o professor é visto apenas como um reproduzidor de conhecimento é visível a sua desvalorização profissional, entretanto existe uma necessidade do seu trabalho enquanto mediador no processo de formar cidadãos capazes de superar o fracasso e as desigualdades escolares. Portanto é de grande importância repensar a formação inicial e continua do professor a partir de suas práticas pedagógicas, o educador necessita

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

refletir sobre suas práticas no contexto escolar, ser professor não é uma atividade burocrática onde se adquirir conhecimentos e habilidades técnico – mecânicas, o educador é responsável em desenvolver em seus alunos o processo de humanização, possibilitando os a construírem seus saberes e fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios do ensino.

É fundamental que os educadores da EJA, saiba que os saberes da experiência não bastam é preciso uma formação profissional de qualidade e de uma metodologia de ensino adequada à realidade dos alunos, além do comprometimento com um ensino emancipador, voltados para as camadas populares, é necessário modificar o discurso entre o falar e fazer permitindo aos professores expressarem seu potencial como cidadãos.

De acordo com Pintos (2000), o professor de jovens e adultos (EJA), tem que admitir continuamente que os indivíduos com os quais atua são pessoas normais e cidadãos úteis, o educador deve considerar o aluno não como um ser marginalizado, mas como um produto normal da sociedade em que vive. É necessário que as políticas públicas invistam na formação dos professores do EJA, com a finalidade de que esses docentes tenham condições adequadas para atuarem com responsabilidade e competência no ensino de jovens e adultos, na perspectiva transformadora dos cidadãos e cidadãs.

Ao se formular um currículo emancipatório para a EJA, é necessário conhecer os sujeitos com quem se pretende trabalhar: quem são eles, o que fazem e quais os percursos de vida construídos por eles. As políticas públicas educacionais devem ser desenvolvidas não apenas para garantir a educação básica mais para ir além, devem proporcionar outros espaços de educação que lhes permitira-a continuidade em estudos mais avançados, e também o acesso a espaços de produção de cultura e, principalmente o direito a ter um trabalho, onde o trabalho não seja apenas um meio de exploração de mão de obra, e sim um processo educativo, onde se forma enquanto produtor de bens e serviços e com direito a usufruir destes bens e serviços.

Possani (2010), salienta que os currículos emancipatórios, na perspectiva de políticas públicas, teriam a responsabilidade de fazer muito mais pelos jovens e adultos do que apenas ensinar a ler e a escrever, ou seja os currículos emancipatórios deveriam possibilitar o educando se tornar um ser crítico, capaz de comunicar-se com mundo letrado, o direito a educação e a escolarização é para todos, falar de sujeito de direitos é também poder falar de pessoas bem alimentadas, com saúde, com trabalho, com lazer, com moradia decente. Portanto é falar de sujeitos com direitos a ter direitos, coisa que os currículos escolares não fazem, é falar desse sujeito real.

O processo de construção e de reorientação curricular para a educação de jovens e adultos (EJA), em uma visão emancipatória é necessário destacar que as mudanças não se referem a penas a reformulação dos conteúdos e métodos de ensino, mas sim uma nova concepção de educação calcada nos princípios da justiça e também da solidariedade, coerente com o propósito de emancipação das pessoas envolvidas no processo de ensino (POSSANI, p.21, 2010).

Em geral no Brasil os alunos que fazem parte do EJA são aqueles que foram expulsos ou por algum motivo tiveram que abandonar os estudos; seja para trabalhar, gravidez na adolescência, evasão escolar ou algo que causou algum trauma. O que torna os jovens e adultos do EJA iguais é simplesmente a classe à qual pertencem, fazem parte da classe popular, são pessoas que vivem em desigualdade social.

A pesquisa foi aplicada ao um público de origem humilde, adultos que trabalham durante o dia, mães solteiras, alunos que largaram os estudos por terem casado ainda menores de idade, que engravidaram durante a adolescência ou simplesmente porque não foram estimulados a seguirem com os estudos causando a evasão.

A relação professor e aluno é de extrema importância, onde há sempre que ter um diálogo mutuo e uma boa convivência, além de incluir por parte do professor boas práticas pedagógicas que facilitem os assuntos lecionados nas disciplinas, é necessário que o educador permita que aluno dialogue com os conteúdos de sala como também os assuntos que vivenciam e desenvolvendo um bom relacionamento onde o aprendizado se torne mais eficiente e parte a existir um maior engajamento de ambas as partes.

A avaliação precisa estar voltada para a orientação do futuro dos alunos, não em medi-los ou classificá-los. Boa parte dos alunos no EJA sofreram em escolas que os taxaram como incapazes, provocando a repetência ou até mesmo a evasão. Avaliar a aprendizagem é observar o que o aluno aprendeu, auxiliá-lo nesse aprendizado, sem medir e lhe ver como uma nota. Uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo (FERNANDES, FREITAS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realizarmos o levantamento de tais dados, aplicamos um questionário com onze perguntas para o professor, e outro com quatorze para os alunos da Unidade Escolar Julieta Neiva, pois precisávamos conhecer os participantes e saber que conhecimentos eles tinham sobre a modalidade de ensino EJA. O questionário foi aplicado a treze alunos e um professor

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

que aceitaram colaborar com a investigação voluntariamente. Esse instrumento foi elaborado a partir de nossas inquietações sobre a importância do EJA na vida dos alunos e professores que atuam nessa modalidade.

Sobre a motivação para retornar à escola, estudar na modalidade EJA, obtivemos a seguinte proporção de respostas: sete alunos responderam que é concluir a educação e ingressar no ensino superior, e seis deles já responderam que era concluir o ensino médio e ingressar no mercado de trabalho. Conforme a firma a LDB n°. 9394/96 no artigo 37°

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (LDB, P.15.2016)

Em relação às motivações que levaram ao afastamento da escola, quatro disseram que por motivos próprios, cinco porque decidiram trabalhar ao invés de estudar, e os outros quatro não especificaram, somente responderam que por outras situações particulares. Segundo Pimenta (1997, p.5) “ A reprodução é uma das principais causas que colaboram para explicar o fracasso escolar como também para demonstrar sua produção enquanto reprodução das desigualdades sociais, dessa forma são insuficientes para compreender as mediações que se opera a produção das desigualdades nas práticas pedagógicas e docentes que acontecem na organização da escola”.

A questão sobre a avaliação das aulas, de treze alunos, quatro responderam bom, cinco responderam regular, quatro avaliaram como ótimo. Perrenoud (1999) a firma que a avaliação deve promover a invenção didática capaz de alimentar uma ação pedagógica inovadora. No âmbito do proeja o educador deve buscar constantemente essa inovação estando sempre atento as perspectivas e procedimentos de cada estudante.

Questionados sobre as dificuldades para acompanhar os estudos, as atividades propostas em sala de aula, a formação e a prática de ensino dos seus professores, a atuação poder público diante das demandas específicas da EJA, os alunos deram respostas similares e breves, relataram que a maior dificuldade para acompanhar os estudos eram algumas disciplinas que não gostavam e que achavam difíceis, entre elas as mais citadas foram Português e Matemática.

Segundo Ponte:

Para os alunos, a principal razão do insucesso na disciplina de matemática resulta desta ser extremamente difícil de compreender. No seu entender, os professores não a explicam muito bem nem a tornam fácil. Assim os alunos

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

não percebem para que ela serve, nem por que são obrigadas a estudá-la. Alguns alunos interiorizam mesmo desde de cerdo uma autoimagem de incapacidade em relação á disciplina. Do modo geral, culpam se a se próprios, aos professores, ou ás características específicas da matemática. (PONTE, 1994, P.2)

Sobre o incentivo dos professores e suas atividades que estimulem aprendizado e desejo pelo estudo, somente um aluno relatou falta de incentivo e a mesmice dos conteúdos e atividades durante as aulas, os demais elogiaram e expressaram tamanha gratidão pelos professores, e que sempre estavam incentivando, e tentando mesmo com poucos recursos levar o melhor para a sala de aula.

“A EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualize seus conhecimentos, mostre habilidades, troquem experiências e tenha acesso a novas formas de trabalho e cultura. (UNESCO,2000) ”

A respeito da questão sobre os professores serem habilitados a ministrar aulas em turmas do EJA, todos os participantes disseram que sim, que são capacitados, porem que as vezes não consegue acompanhar o raciocínio ou a forma de ensino do professor. Vilas Boas 2008, p.26 diz que:

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma buscar solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seus caminhares tem a presença constante do professor como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassa-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno.

Na opinião deles, a preocupação do governo com a formação escolar dos jovens e adultos, todos sem exceção de nenhum, responderam não ver incentivo do governo, e que a escola nem materiais didáticos tem, nem o livro ainda não estava em mãos porque não tinha chegado, sendo que já estavam encerrando o primeiro semestre letivo. Pierro et al apud Haddad et al (2001, p.67) descreve que “a falta de incentivo político e financeiro por parte do governo federal levou os programas estaduais – responsáveis pela maior parte do atendimento a educação de jovens e adultos - a uma situação de estagnação ou declínio. Muitos municípios herdeiros de programas anteriormente realizados em convênio com a Fundação Educar foram obrigados a assumi-los com recursos próprios, muitas vezes sem o necessário preparo gerencial e técnico.

Por sua vez, o professor envolvido na pesquisa, contribuiu com informações sobre as configurações da prática pedagógica desenvolvida no cenário em análise. Assim, indicou que

seleciona uma metodologia acertada, pois procura adequar os conteúdos trabalhados em sala, com as vivências e o contexto histórico de cada um. No que diz respeito à relação professor-aluno, respondeu que tenta ter uma relação amigável, pois além dos conteúdos trabalhados, orientavam sobre assuntos do dia a dia deles. Indicou, que busca incentivar seus alunos de forma que percebam que ao terminar o ensino médio podem ingressar na universidade, para assim adquirir um bom emprego e ter sucesso na sua carreira profissional. Como desafios enfrentados apontou a evasão escolar, por não conseguirem conciliar o trabalho com os estudos acabam desistindo, a falta de material didático e a falta de incentivo da família. Em linhas gerais, o docente expressou que a EJA é de grande importância para aprendizagem dos alunos, pois os conteúdos são bem relevantes, permitindo e facilitando a compreensão de todos, e que é uma oportunidade para aqueles que estão atrasados, ou que trabalham e não tem como conciliar o ensino regular com seu cotidiano, é eficaz e sem dúvida um programa benéfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo, objetivou identificar as dificuldades vivenciadas por alunos e professores no contexto escolar da modalidade EJA como também refletir algumas questões atreladas sobre a importância da modalidade de ensino EJA na sociedade atual. Nesse sentido, é perceptível que a escola tem assumido um papel fundamental na sociedade contemporânea, onde tem proporcionado a libertação de seus protagonistas, buscando socializá-los e aproximar os mesmos, entretanto é necessário um ensino mais humanizado para que todos se sintam participantes desse processo e aprenda no dia a dia com suas trocas simbólicas.

Os resultados dessa investigação evidenciam que a prática pedagógica do docente colaborador tem contribuído eficazmente no processo de ensino desses alunos, isso decorre do fato que ele tem desenvolvido positivamente seu fazer docente, procurando sempre estimular e incentivar os discentes. Assim o papel do professor é estabelecer diálogos com os estudantes inserindo os em prática sociais de leitura e escrita, porém a falta de recursos e alguns materiais essenciais influenciam nesse processo, desta forma percebi – se que há uma necessidade de mais políticas públicas e investimentos por partes do governo.

Concluimos que o intuito da educação de jovens e adultos é desenvolver no sujeito jovens ou adulto o cesso crítico, a capacidade de ler o mundo, além das habilidades e competências técnicas necessárias a vida em sociedade, ou seja colabora na formação e emancipação humana. A pesquisa é relevante para analisar e compreender por meio da

observação os aspectos que influenciam direta ou indiretamente a promoção e o processo da educação de jovens e adultos na cidade de Picos Piauí.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 20 de dezembro de 1996. 13.ºed. – Brasília. Altas, 2012.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/71. 1996.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

HADDAD, S. **Estado e educação de adultos (1964-1985)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência a regulação da aprendizagem, entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 183 p.

PIERRO, Maria Clara Di, JOIA, Orlando, RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no brasil**: Caderno Cedes. 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores- Saberes da docência e identidade do professor**. São Paulo. Vol. 3. 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: Saberes da Docência e Identidade de Professores**. São Paulo: V. 3, setembro 1997. P. 5-13.

PONTE, J.P. **Matemática: Uma disciplina coordenada ao insucesso**. NOESIS, n. 32, p. 24-26, 1994 Disponível em: <http://www.educ.efc.ul.pt/docentes/docs/pt94>. Acesso em: setembro 2019.

POSSANI, Lurdes de Fátima Paschoaletto. Base Epistemológica para a Construção de Currículos Emancipatórios para a EJA, na Perspectiva de Políticas Públicas. São Paulo: V. 3, nº 1 2010. p. 18-26.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. - 3. ed. - 14. reimpr, São Paulo:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

RODRIGUES, Aldilene dos Santos, DANTAS, Viviane Andrade de Oliveira. **A educação de jovens e adultos: (des) motivação e evasão escolar**. p.12. Disponível em:
<file:///C:/Users/Win10/Downloads/4817-21154-1-PB.pdf>. Acesso em: setembro 2019

VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VILAS BOAS, Benigna Maria Freitas. **Virando a escola do avesso**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.